RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31.12.20





RUA SANTA RITA DURÃO, 444 - 3° ANDAR - FONE: (0xx) 31 3221-3500 FAX: 3221-1177 - 30140-110 - BELO HORIZONTE - MG

AV. ALMIRANTE BARROSO, 63 - SALA 1317 - FONE: (0xx) 21 2262-1099 FAX: 2262-3430 - 20031-003 - RIO DE JANEIRO - RJ

PAR-21/007

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Participantes, Conselheiros e Diretores da **PREVIMAX PREVIDÊNCIA PRIVADA E SEGURADORA S.A.** Belo Horizonte - MG

1. Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da PREVIMAX PREVIDÊNCIA PRIVADA E SEGURADORA S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do semestre e do exercício findos naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PREVIMAX PREVIDÊNCIA PRIVADA E SEGURADORA S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa do semestre e do exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados – Susep.

2. Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e nossas responsabilidades, em cumprimento a tais normas, estão descritas no tópico 5 adiante. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que as evidências de auditoria obtidas são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa opinião.

3. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o Relatório do Auditor

A Administração da Entidade é responsável por outras informações que constam do Relatório da Administração e nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange tal Relatório e, portanto, não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre o mesmo.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a leitura do Relatório da Administração e considerar se o mesmo está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Não temos nada a relatar no presente caso.

continua...



PAR-21/007 Continuação...

4. Responsabilidades da Administração e da Governança

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados – Susep e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração dessas demonstrações, a não ser que ela pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

5. Responsabilidades dos Auditores

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e expressar opinião sobre as mesmas. Segurança razoável não é uma garantia de que a auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais aplicáveis, sempre detecta eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais aplicáveis, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo dos trabalhos. Além disso:

- a. Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- b. Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos técnicos apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade:

continua...



PAR-21/007 Continuação...

- c. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- d. Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, mediante as evidências de auditoria obtidas, que não existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data deste relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional; e
- e. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se elas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado dos exames, da época das visitas e das constatações relevantes de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 19 de fevereiro de 2021.

FERNANDO MOTTA &, ASSOCIADOS

Auditores Independentes CRCMG-757 / CVM-2.208

Nilton José Ribeiro
Contador CRCMG – 43 491

BALANÇO PATRIMONIAL

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		
ATIVO	31.12.20	31.12.19 (*)	
CIRCULANTE	22.988	22.976	
Disponível	5	5	
Caixa e Bancos (nota 6)	5	5	
Aplicações (nota 7)	22.914	22.831	
Outros créditos operacionais	44	140	
Títulos e Créditos a Receber	25_		
Créditos tributários (nota 15)	25	-	
ATIVO NÃO CIRCULANTE	231	177	
Investimentos (nota 8)	231_	177	
Participações societárias	231	177	
Total do Ativo	23.219	23.153	

^(*) Reapresentado para fins de comparabilidade.

BALANÇO PATRIMONIAL

(Em milhares de Reais)

	Exercício	findo em
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31.12.20	31.12.19 (*)
CIRCULANTE	159	361
Contas a pagar (nota 9)	159	361
Obrigações a pagar	4	5
Impostos e contribuições	155	356
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (nota 12)	23.060	22.792
Capital social	15.000	15.000
Reservas de lucros	8.060	7.792
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	23.219	23.153

^(*) Reapresentado para fins de comparabilidade.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Semestre findo em			
	31.12.20	31.12.20	31.12.19 (*)	
Outras receitas e despesas operacionais - seguros	23	(11)	138	
Outras receitas e desp. operacionais - previdência	-	-	25	
Despesas administrativas	(44)	(112)	(100)	
Despesas com tributos	(137)	(259)	(281)	
Resultado financeiro	812	782	1.462	
Resultado patrimonial	4	4	11	
Resultado operacional	658	404	1.255	
Resultado antes dos impostos e participações	658	404	1.255	
Imposto de renda (nota 15)	(140)	(76)	(290)	
Contribuição social (nota 15)	(98)	(60)	(188)	
Lucro líquido	420	268	777	
Quantidade de ações	13.120.700	13.120.700	13.120.700	
Lucro líquido por ação - R\$	0,03	0,02	0,06	

^(*) Reapresentado para fins de comparabilidade.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de Reais)

	Capital	Reservas de	Lucros	
	Social	Lucros	Acumulados	Total
Saldos em 30 de junho de 2020	15.000	7.792	(152)	22.640
Lucro líquido do semestre		-	420	420
Proposta para distribuição do Resultado				
Reserva Legal	-	13	(13)	-
Reserva estatutária Reserva Especial para Dividendos	-	191 64	(191) (64)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	15.000	8.060	(04)	23.060
data cili di de delembio de 2020				20.000
Saldo em 31 de dezembro de 2018	15.000	7.015		22.015
Lucro líquido do exercício	-		777	777
Proposta para distribuição do Resultado				
Reserva Legal	-	39	(39)	-
Reserva estatutária	-	554	(554)	-
Reserva Especial para Dividendos	-	184	(184)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	15.000	7.792	-	22.792
Lucro líquido do exercício	-		268	268
Proposta para distribuição do Resultado				
Reserva Legal	-	13	(13)	-
Reserva estatutária	-	191	(191)	-
Reserva Especial para Dividendos	-	64	(64)	_
Saldo em 31 de dezembro de 2020	15.000	8.060		23.060

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

(Em milhares de Reais)

MÉTODO DIRETO	Semestre findo	Exercício findo em		
	em 31.12.20	31.12.20	31.12.19	
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Recebimentos de prêmios de seguro, contribuiçõe	es			
de previdência e taxas de gestão e outras	14	32	278	
Pagamentos de despesas e obrigações	(38)	(151)	(155)	
Recebimentos de juros e dividendos	4	4	11	
Caixa gerado (consumido) pelas operações	(20)	(115)	134	
Impostos e contribuições pagos	(127)	(625)	(784)	
Investimentos financeiros:				
Aplicações	(75)	(75)	(20)	
Vendas e resgates	214	815	622	
Caixa líquido consumido nas atividades				
operacionais	(8)	- -	(48)	
Redução líquida de caixa e equivalentes	(8)	-	(48)	
Caixa e equivalentes no início do período	13	5	53	
Caixa e equivalentes no final do período	5	5	5	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em milhares de reais, exceto indicação em contrário)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Previmax Previdência Privada e Seguradora S.A. é uma Sociedade Anônima de capital fechado, com Sede e Foro em Belo Horizonte – MG, autorizada a operar com seguros de pessoas e com Planos de Previdência Complementar Aberta, em todo o território nacional.

A Entidade foi constituída por AGC de 08.09.2004 e autorizada a operar através da Portaria da Superintendência de Seguros Privados (Susep) nº 2.064, de 13 de dezembro de 2004, Processo nº 15414.003365/2004-33.

Em 20 de junho de 2005, a Entidade obteve aprovação da Susep para operar com o Plano de Previdência Complementar Aberta, na modalidade Plano Individual de Pecúlio por Morte, conforme Processo nº 15414.001885/2005-92, iniciando as vendas em agosto de 2005. Desde setembro de 2015, a Previmax não possui mais riscos, tendo em vista que os contratos deste plano se encontram todos cancelados.

Em janeiro de 2006, passou a operar com o Convênio de Operação do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT, para as categorias 1, 2, 9 e 10 e categorias 3 e 4, conforme Processo Susep nº 15414.004917/2005-10. Com a edição da Resolução CNSP nº 332/2015, foi unificada a operação do Seguro DPVAT, tendo o Consórcio que opera nas categorias 1, 2, 9 e 10 absorvido o Consórcio das categorias 3 e 4, sendo tais atos ratificados pelas seguradoras consorciadas. O consórcio DPVAT é administrado pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., designada para praticar todos os atos necessários à execução das operações do Seguro DPVAT, em estrita observância as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP.

A Entidade, em setembro de 2020, formalizou junto à Seguradora Líder Administradora de Seguros DPVAT o interesse de desligamento do Consórcio de Operação do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT, a partir de 1º de janeiro de 2021.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas normas contábeis, em registros permanentes, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, sob os Princípios Fundamentais de Contabilidade e em conformidade com as resoluções do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, regulamentadas por circulares da Susep e apresentadas com observância ao Plano de Contas das Sociedades Seguradoras e Entidades Abertas de Previdência Complementar, instituído pela Circular Susep nº 517/2015 e posteriores alterações, sendo cumpridos, quando aplicável, os critérios estabelecidos pelos pronunciamentos editados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC/Conselho Federal de Contabilidade – CFC. Não foi apresentada a Demonstração de Resultado Abrangente por não existir resultados abrangentes no período.

A Diretoria autorizou a emissão das demonstrações financeiras do semestre/exercício em de 17 de fevereiro de 2021.

3. NOVOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

Em 1° de janeiro de 2020 entrou em vigor a Circular Susep n.º 595/19, publicada no Diário Oficial da União, em 31/12/2019, que revogou os artigos 153 e 154 da Circular Susep n.º 517/15, alterando a forma de registro contábil das operações do DPVAT pelas Consorciadas.

Doravante, as operações do Consórcio DPVAT pelas consorciadas, devem ser classificadas como Empreendimento Controlado em Conjunto (joint venture), conforme artigos 185 e 186 da Circular n.º 517/15, que determinam a aplicação integral dos critérios estabelecidos nos Pronunciamentos CPC 18 (R2) e 19 (R2), emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em convergência com padrões internacionais de contabilidade.

4. REAPRESENTAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Em razão da mudança de prática contábil determinada pela Circular Susep 595/19, a Entidade está reapresentando, para fins de comparabilidade, suas Demonstrações Financeiras de 2019, conforme demonstrado a sequir:

ATIVO	31.12.19	Efeito pela	31.12.19
(Em milhares de Reais)	Originalmente	aplicação de	Reapresentado
	apresentado	nova Circular	<u>Keapieseillaao</u>
CIRCULANTE	88.069	(65.093)	22.976
Disponível	5		5
Caixa e Bancos	5	-	5
Aplicações	87.642	(64.811)	22.831
Outros créditos operacionais	422	(282)	140
ATIVO NÃO CIRCULANTE	306	(129)	177
Investimentos	177	-	177
Participações societárias	177	-	177
Imobilizado	66	(66)	-
Bens móveis	56	(56)	
Outras imobilizações	10	(10)	-
Intangível	63	(63)	-
Outros intangíveis	63	(63)	-
Total do Ativo	88.375	(65.222)	23.153

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31.12.19 Originalmente	Efeito pela aplicação de	31.12.19
(Em milhares de Reais)	apresentado	nova norma	Reapresentado
CIRCULANTE	65.583	(65.222)	361
Contas a pagar	361		361
Obrigações a pagar	5	-	5
Impostos e contribuições	356	-	356
Débitos de oper. com seguros e resseguros	513	(513)	<u> </u>
Outros débitos operacionais	513	(513)	-
Provisões técnicas - seguros	64.709	(64.709)	_
Danos	64.709	(64.709)	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	22.792	, ,	22.702
	15.000	-	<u>22.792</u> 15.000
Capital social Reservas de lucros	7.792	-	7.792
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	88.375	(65.222)	23.153
Total do l'assivo e l'allimonio Elquido	00.575	(05.222)	20.133
		==	
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	31.12.19	Efeito pela	31.12.19
(Em milhares de Reais)	Originalmente apresentado	aplicação de nova norma	Reapresentado
Prêmios emitidos	7.918	(7.918)	
Variações das provisões técnicas de	7.710	(7.710)	
prêmios	(450)	450	
Prêmios ganhos	7.468	(7.468)	
Receita com emissão de apólices	2.181	(2.181)	-
Sinistros ocorridos	(5.721)	5.721	-
Custos de aquisição - seguros	(2)	2	-
Outras receitas e despesas operacionais - seguros	(1.478)	1.616	138
Outras receitas e despesas	0.5		0.5
operacionais - previdência	25	-	25
Despesas administrativas	(2.347)	2.247	(100)
Despesas com tributos Resultado financeiro	(281) 1.399	63	(281)
Resultado patrimonial	1.399	63	1.462 11
Resultado operacional	1.255		1.255
Resultado antes dos impostos e	1.233	<u>-</u>	1.233
participações	1.255		1.255
Imposto de renda (nota 18)	(290)	-	(290)
Contribuição social (nota 18)	(188)		(188)
Lucro líquido	777		777

Salientamos que a realização desses ajustes tem por finalidade possibilitar a comparabilidade com as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e, portanto, não deve ser considerado como um erro.

5. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e para a elaboração das demonstrações financeiras são:

a. Apuração do Resultado

As receitas e despesas são reconhecidas e apropriadas segundo o regime de competência.

b. Ativo e Passivo Circulante

Os ativos são demonstrados pelos valores de realização e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e/ou encargos correspondentes, calculados a índices ou taxas oficiais, bem como os efeitos de ajuste de ativo para o valor de mercado ou de realização.

Mensalmente, é procedida a revisão dos valores inscritos no Ativo e no Passivo Circulantes, com o objetivo de transferir para o Não Circulante aqueles cujos vencimentos ultrapassarem o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data-base.

c. Classificação dos Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias específicas, de acordo com a intenção de negociação e a capacidade financeira da Entidade, atendendo aos seguintes critérios:

- Valor justo por meio do resultado quando a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégias de investimento. Os instrumentos financeiros com esta classificação são apresentados no ativo circulante e os ganhos ou perdas decorrentes de mudanças no valor justo são reconhecidos no resultado do período;
- Disponíveis para venda os instrumentos financeiros com esta classificação contábil são apresentados no ativo circulante e não circulante da Entidade, de acordo com a maturidade do título e os ajustes decorrentes de variações do valor justo, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável. São contabilizados em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado do período quando da efetiva realização, pela venda dos respectivos títulos e valores mobiliários; e
- Mantidos até o vencimento são apresentados no ativo circulante e não circulante da Entidade, de acordo com a maturidade do título e são avaliados pelo seu valor de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data-base das demonstrações financeiras, calculados com base na taxa efetiva de juros dos respectivos títulos.

d. Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro

A provisão para o imposto de renda foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, ajustado nos termos previstos na legislação fiscal, acrescido de adicional de 10% sobre a parcela do lucro excedente a R\$240 mil ao ano, e a provisão para a contribuição social sobre o lucro líquido calculada à alíquota de 20% sobre o lucro líquido antes do imposto de renda até dezembro de 2018, e de 15% desde janeiro de 2019, de acordo com Lei nº 13.169/15.

e. Estimativas Contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de certos valores em estimativa.

Itens significativos cujos valores são determinados com base em estimativa incluem, dentre outros: os títulos e valores mobiliários avaliados pelo valor de mercado, as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões técnicas e para contingências. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá ser feita por valores diferentes dos registrados em função das imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as premissas e cenários utilizados na determinação das estimativas, pelo menos, semestralmente.

f. Redução ao Valor Recuperável – Impairment

Conforme definido no CPC 01, a redução ao valor recuperável de ativos é reconhecida como perda quando o valor de contabilização de um ativo for maior do que o seu valor recuperável ou de realização.

g. Do Registro contábil do DPVAT

Com a revogação dos artigos 153 e 154 da Circular Susep nº 517/2015, por força da Circular Susep nº 595/19, para fins do registro contábil das operações do Consórcio DPVAT pelas consorciadas, somente devem ser registrados os valores a receber referentes à apuração mensal da margem de resultado e o devido recebimento destes, bem como as receitas de prestação de serviços de recepção e regulação de sinistros e eventuais provisões não técnicas quando houver a ocorrência de iminente aporte de capital no consórcio por motivo de insolvência do mesmo.

h. Teste de adequação dos passivos (TAP)

De acordo com a Circular Susep nº 517/2015 e alterações, a Previmax deverá "...elaborar o Teste de Adequação de Passivos (TAP) para avaliar as obrigações decorrentes dos seus contratos e certificados...". O resultado do TAP tem como intuito constatar a necessidade ou não de se proceder a garantias financeiras complementares às provisões constituídas, com vistas a garantir plenamente os riscos assumidos em suas operações.

Entretanto, considerando-se que o único plano de previdência (benefício de pecúlio/RS) que a Entidade operava não possui mais contratos em vigor desde setembro de 2015, considerando-se que atualmente não há mais obrigações relativas a este plano e considerando-se ainda que o TAP não se aplica aos contratos e certificados relativos ao ramo DPVAT, não houve necessidade de realizar-se o estudo atuarial do TAP para a data-base de 31/12/2020, ficando a PREVIMAX, portanto, dispensada da apresentação do respectivo relatório.

i. Divulgações adicionais requeridas pela Circular Susep nº 517/2015

Divulgação das tábuas, taxas de carregamento e taxas de juros dos principais produtos comercializados.

Tendo em vista que a Previmax não comercializa contratos de seguros, fica a mesma dispensada da divulgação de suas referidas bases técnicas.

6. DISPONIBILIDADES

Registram a existência de numerários, de propriedade da Sociedade, em poder de Instituições Financeiras, a saber:

	Exercício findo em		
	31.12.20 3		
• Banco BS2 S.A.	5	5	
Total – R\$	5	5	

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os Títulos e Valores Mobiliários encontram-se registrados na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP, até a sua liquidação financeira e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC, assim demonstrados:

	Exercício findo em			
			31.12.19	
Aplicação	31.12.20 % Reapresentado			
BS2 Butiá Ex Fic Fim	14.727	64,27	14.131	61,89
Total do Fundo Multimercado	14.727	64,27	14.131	61,89
 Letras Financeiras do Tesouro – LFT 	8.187	35,73	8.700	38,11
Títulos de Renda Fixa – Públicos	8.187	35,73	8.700	38,11
Total da Carteira – R\$	22.914	100,0	22.831	100,0

Os títulos e valores mobiliários estão devidamente classificados pelo custo de aquisição e ajustados como segue:

	Data	Taxa de	Valor de	Valor da
Categoria e Natureza	Vencto.	Juros	Mercado	Curva
 Quotas de Fundos. Investimentos 			14.727	14.727
 Letras Financeiras Tesouro – LFT 	01/03/2021	Anbima	8.080	8.083
 Letras Financeiras Tesouro – LFT 	01/03/2022	Anbima	32	32
 Letras Financeiras Tesouro – LFT 	01/03/2025	Anbima	75	75
Valor justo por meio do resultado			22.914	22.917
Total da Carteira – R\$			22.914	22.917

A Entidade adota o PU do Mercado Secundário ANBIMA como parâmetro para o valor de mercado dos títulos públicos federais. A movimentação das aplicações financeiras está demonstrada no quadro abaixo:

	Exercício findo em 31.12.19	Aplicações	Resgates	Rend. / Atualiz.	Exercício findo em 31.12.20
 Letras Financeiras Tesouro – LFT 	8.700	75	(815)	227	8.187
Fundo Multimercado	14.131			596	14.727
Valor justo por meio do resultado	22.831	75	(815)	823	22.914
Total – R\$	22.831	75	(815)	823	22.914

8. INVESTIMENTOS

A Previmax participa da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A., podendo ser assim demonstrada:

	Exercício	Exercício findo em		
	31.12.20	31.12.19		
Seguradora Líder	231	177		
Total – R\$	231	177		

A Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. efetuou, em janeiro e abril de 2020, as operações de transferência de ações nominativas ordinárias, de modo a promover a redistribuição da participação no capital social da Companhia. Dessa forma, por força das operações de transferência de ações em questão, a Previmax Previdência Privada e Seguradora S.A. aumentou sua participação em 50.178 ações ordinárias nominativas, passando a deter 204.986 ações da Seguradora Líder DPVAT, com participação correspondente a 1,36657% do capital da referida Companhia. O valor total de compra das ações é de R\$54.070,95 que foi calculado com base nos últimos balanços auditados da Seguradora Líder-DPVAT, de 30/06/2019 e 31/12/2019, aos preços unitários de R\$1,0761 e R\$1,0913 por ação, respectivamente.

Decorrente dessa participação societária, os valores a receber, equivalentes ao percentual de participação, relativos à apuração mensal da margem de resultado do Consórcio, são:

	Exercício findo em		
	31.12.19		
	31.12.20	Reapresentado	
Seguro DPVAT	44	140	
Total – R\$	44	140	

9. CONTAS A PAGAR

Estão assim demonstrados:

	Exercício findo em		
<u>Composição</u>	31.12.20	31.12.19	
Obrigações a pagar	4	5	
 Fornecedores pessoas jurídicas 	4	5	
Provisão para impostos e contribuições	155	356	
 Imposto de renda 	76	290	
 Contribuição social 	60	188	
 Cofins 	16	-	
• Pis	3	-	
 (-) Antecipação de imposto de renda 	-	(82)	
 (-) Antecipação de CSLL 		(40)	
Total – R\$	159	361	

10. PROVISÕES PARA PASSIVOS ORIUNDOS DE CONTRATOS DE SEGUROS

Movimentação dos passivos do plano de previdência

Conforme já comentado, uma vez que não há mais riscos em vigor desde setembro de 2015 relativos ao plano de pecúlio/RS anteriormente operado pela Entidade, não houve necessidade de constituir-se provisões técnicas para este fim no decorrer deste exercício.

11. GERENCIAMENTO DE RISCOS

a. RISCOS DE SEGURO

a.1. Análise Qualitativa

Objetivos, políticas e processos de gestão de riscos

A Entidade tem sua atuação junto ao mercado de seguros exclusivamente amparada nas operações do ramo DPVAT. Cabe salientar que a Previmax operou um único plano de previdência, com benefício de pecúlio vitalício, estruturado no regime de repartição simples, o qual não possui mais riscos em vigor em 31/12/2020, uma vez que todos os contratos relativos a este plano se encontram cancelados desde setembro de 2015.

A Entidade concentra em sua estrutura financeira/contábil a responsabilidade em relação ao controle dos capitais de risco e o decorrente acompanhamento de sua solvência. Em consequência da extinção da carteira de pecúlio, não opera com repasse de riscos sob nenhuma modalidade.

A Previmax define risco de seguro como aquele transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra. Como todos os contratos relativos à carteira de pecúlio da Entidade foram cancelados e atualmente não se observam obrigações decorrentes dos mesmos, conclui-se que não há mais riscos em vigor na data-base.

a.2. Análise Quantitativa

Concentração de risco e análise de sensibilidade

Considerando que a Entidade opera exclusivamente com o ramo DPVAT, tem-se que o risco de sua atividade está baseado em garantir as indenizações provenientes deste ramo, cujas operações são administradas diretamente pela Seguradora Líder-DPVAT, da qual é consorciada.

Considerando-se a extinção da carteira de pecúlio e o fato de não haver mais riscos em vigor na data-base de 31/12/2020, não se detectou, tecnicamente, razões para proceder-se a testes de sensibilidade.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Está assim demonstrado:

a. O **Capital Social**, totalmente subscrito e integralizado é de R\$15.000, representados por 13.120.700 ações ordinárias sem valor nominal.

A posição acionária da Sociedade pode ser assim demonstrada:

Participações em Ações:	Ações	%
Banco BS2 S.A.	13.094.460	99,80
Paulo Henrique Pentagna Guimarães	13.120	0,10
Gabriel Pentagna Guimarães	13.120	0,10
Total	13.120.700	100,00

b. Reservas de Lucros

- Reserva Legal constituída à base de 5% do lucro líquido apurado, até que perfaça 20% do capital social, totalizando R\$1.043 em 31.12.20.
- Reserva Especial para Dividendos constituída à base de 25% do lucro líquido apurado, para pagamento de dividendos aos acionistas, totalizando R\$935 em 31.12.20.
- Reserva Estatutária constituída com o saldo final do lucro líquido, para formação de reserva para aumento de capital, não podendo exceder a 80% desse capital social, totalizando R\$6.082 em 31.12.20.

c. Resultado do Exercício

A Sociedade apurou um lucro líquido no exercício de R\$268 (lucro líquido de R\$777 em 31.12.19).

A destinação do resultado é registrada no final do exercício, segundo a proposta da Administração, no pressuposto de sua aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas.

13. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

Baseado em nossos advogados, consideramos remota a chance de perda da única ação discutida pela Entidade. O detalhamento em 31 de dezembro de 2020 é o seguinte:

		Valores envolvidos no processo em R\$		
	Quantidade	Provisionado	Discutido	
 Chances de perdas remotas 	1		-	
Total	1			

Não houve movimentação no período.

14. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

As principais contas de resultado apresentavam os seguintes saldos:

	Exercício findo em	
	01.10.00	31.12.19
	31.12.20	Reapresentado
 Outras receitas e despesas operacionais - seguros 	(11)	138
 Outras receitas e despesas operacionais – previdência 	-	25
 Despesas administrativas 	(112)	(100)
 Despesas com serviços de terceiros 	(75)	(63)
 Despesas com localização e funcionamento 	(7)	(6)
 Despesas com publicações 	(30)	(31)
 Despesas com tributos 	(259)	(281)
 IPTU 	(1)	(1)
 Contribuições para a Cofins 	(68)	(88)
 Contribuições para o PIS 	(11)	(14)
 Taxas de fiscalização 	(178)	(178)
 Outros tributos 	(1)	-
Resultado financeiro	782	1.462
 Receitas com títulos de renda fixa 	250	529
 Receitas com fundos de investimentos 	1.526	1.119
 Despesas financeiras com renda fixa 	(953)	(127)
 Outras despesas financeiras 	(41)	(59)
 Receitas patrimoniais 	4	11
 Dividendos 	4	11

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	31.12.20		31.12.19	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes dos impostos e contribuições	404	404	1.255	1.255
(-) Contribuição social	(60)	-	(188)	-
(+) Adições	60	-	188	-
(-) Exclusões	(4)	(4)		
Base de cálculo	400	400	1.255	1.255
Tributos	76	60	290	188
Créditos tributários (*)	(13)	(12)		
Total dos Tributos	63	48	290	188

^(*) Os créditos tributários referem-se as antecipações de Imposto de Renda e Contribuição Social realizadas no exercício de 2020.

16. DEMONSTRATIVO DE CAPITAL REQUERIDO E LIQUIDEZ DO ATIVO

A adequação do capital da Sociedade está assim demonstrada:

Composição	31.12.20	31.12.19
Ajustes Contábeis		
Patrimônio líquido contábil	23.060	22.792
(-) Participações societárias	(231)	(177)
(-) Ativos intangíveis		(63)
Patrimônio líquido ajustado – subtotal	22.829	22.552
Capital base	15.000	15.000
Capital de risco	3.624	3.742
Capital adicional de risco de crédito	1.178	1.130
Capital adicional de risco operacional	-	265
Capital adicional de risco de mercado	3.145	3.017
Benefício da diversificação	(699)	(670)
Capital mínimo requerido	15.000	15.000
Suficiência de capital - R\$	7.829	7.552
Solvência	52,20%	50,35%

Tendo em vista a alteração no § único do artigo 66 da Resolução CNSP n.º 321/2015, trazida pela Resolução CNSP n.º 360/2017, as supervisionadas que operem exclusivamente no ramo de seguro DPVAT estão dispensadas da exigência que se refere à liquidez em relação ao CR – Capital de Risco, desde 31/12/2017.

17. GESTÃO DE RISCO

a. Gerenciamento de Capital

Entende-se como gerenciamento de capital, no âmbito da Entidade, o processo contínuo de: (a) monitoramento e controle de capital mantido pela instituição; (b) avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos que o grupo está sujeito; e (c) o planejamento de metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos.

No gerenciamento de capital, a Entidade mantém uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis alterações nas condições do mercado.

b. Gerenciamento de Risco

A gestão de riscos da Entidade está alinhada a política do Conglomerado BS2 e reflete um esforço integrado de ações, controles e processos, de forma a contemplar risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco operacional.

I. Risco de Mercado

É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelas empresas do Grupo BS2, contemplando os seguintes fatores de risco: variação cambial, das taxas de juros, dos preços das ações e dos preços das mercadorias (commodities). Gerenciado em sintonia com as recomendações e normatização dos órgãos reguladores e alinhado com as melhores práticas do mercado nacional, a política que norteia as ações de gerenciamento do risco de mercado tem bases conservadoras, sendo que os limites de VaR (Value at Risk) são definidos pela Alta Administração e monitorados com periodicidade diária.

II. Risco de Crédito

É a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

III. Risco de Liquidez

É o risco da Instituição não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A política de gestão do risco de liquidez visa estabelecer os parâmetros mínimos de caixa a serem observados e mantidos, bem como as ferramentas necessárias para sua gestão em cenários normais ou de crise. O acompanhamento diário visa mitigar possíveis descasamentos dos prazos, permitindo, se necessário, ações corretivas.

IV. Risco Operacional

É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos, incluindo o risco legal. A Entidade considera a atividade de gestão do Risco Operacional de grande relevância como suporte à geração de valor à instituição. A melhoria de processos internos e o suporte às áreas de negócio têm permitido que a gestão do risco operacional contribua para o aprimoramento da eficiência operacional e, consequentemente, na redução do comprometimento do capital.

18. COMPLIANCE

A Entidade mantém pessoal especializado de Consultoria, no intuito de aferir a manutenção de seus procedimentos de controles internos, e atendendo às determinações da Susep, inclusive quanto ao trabalho de Auditoria Interna.

Todos os procedimentos necessários ao pleno atendimento às normas da Susep foram observados, estando a Entidade resguardada por controles internos implantados, inclusive disponibilizados, via Intranet, para todos os colaboradores, seja através de manuais, organogramas e fluxogramas para praticamente todas as áreas administrativas e operacionais, buscando o atendimento às determinações previstas naquele normativo.

19. EFEITOS DO CORONAVIRUS

O exercício de 2020 foi fortemente impactado por essa pandemia, tendo severos desdobramentos sanitários, sociais e econômicos. A Empresa vem acompanhando os efeitos da propagação e de seus impactos, além das ações governamentais para mitigar os efeitos do Coronavirus, mantendo suas atividades operacionais, com a observação dos protocolos do Ministério da Saúde e das demais autoridades. Lamentavelmente a pandemia continua.

O Governo Federal tem adotado medidas para mitigar os impactos causados pelo Coronavirus, buscando auxiliar as Instituições nesse período de gravidade que passa o Brasil e o mundo, pois os efeitos sobre a economia global têm sido inevitáveis, provocando uma desaceleração acentuada.

Os impactos futuros relacionados à pandemia, os quais possuem certo grau de incerteza quanto à sua duração e severidade, não podem ser mensurados com precisão neste momento, continuando a ser monitorados atentamente pela Administração da Empresa.

* * *

DIRETORIA EXECUTIVA

Paulo Henrique Pentagna Guimarães, Diretor Técnico Gabriel Pentagna Guimarães, Diretor de Relações Francisco Ferreira Neto, Diretor de Controles Internos

CONTROLADORIA

José Luiz de Souza Leite, Contador - CRCMG 48.029/O-0

ATUÁRIO TÉCNICO RESPONSÁVEL

ALM – Consultoria Atuarial, CIBA - 102